

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

"Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas"

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL A PARTIR DOS ANOS 90: AVANÇOS, PERSPECTIVAS E DESAFIOS

PUBLIC POLICIES AND THE CONTINUED TRAINING OF TEACHERS IN THE INITIAL YEARS OF FUNDAMENTAL EDUCATION IN THE 90S: ADVANCES, PERSPECTIVES AND CHALLENGES

Roseanne Márcia Silva Marques Monteiro
Universidade Federal Do Maranhão(UFMA)
Janaina De Araujo Pimenta
Universidade Federal Do Maranhão(UFMA)
Josenilde Meireles Pinto
Universidade Federal Do Piauí(UFPI)

RESUMO:

Apresenta-se algumas reflexões acerca das Políticas Públicas de Formação Continuada Docente e suas contribuições para o processo de alfabetização nas escolas da Rede Pública Municipal de Vargem Grande/MA. Pretende-se suscitar discussões e reflexões acerca da formação continuada docente realizada no município. Trata-se de uma pesquisa ainda em construção que adotou como referencial: Tardif (2000), Gatti (2008), Nóvoa (2009), dentre outros. A partir deste, chegou-se a algumas considerações prévias, a saber: o que se pode afirmar até o momento sobre a formação continuada docente realizada no município de Vargem Grande/MA por meio da "Rede de Formadores Mais Aprendizagem" é que se tem buscado fazer dos momentos formativos e de estudos um espaço de apropriação do conhecimento e da cultura historicamente construída e acumulada, um espaço de reflexão sobre a realidade vigente.

Palavras-chave: Formação Continuada. Políticas Públicas. Prática Docente.

ABSTRACT

Some reflections on the Public Policies of Continuing Teacher Education and their contributions to the literacy process in schools of the Municipal Public Network of Vargem Grande / MA are presented. It is intended to elicit discussions and reflections about continuing teacher education in the municipality. It is a research still under construction that adopted as reference: Tardif (2000), Gatti (2008), Nóvoa (2009), among others. From this, some preliminary considerations were reached, namely: what can be said so far about continuing teacher education in the municipality of Vargem Grande / MA through the "Network of Trainers More Learning" is that it has the aim of making the formative and study moments a space for the appropriation of knowledge and culture historically constructed and accumulated, a space for reflection on the current reality.

Keywords: Continuing Education. Public policy. Teaching Practice.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a educação brasileira vem passando por profundas transformações. Avanços significativos aconteceram nos diferentes campos do conhecimento. Muito tem se discutido sobre o currículo, a avaliação, diferentes formas de gestão têm sido implantadas e discutidas, a fim de se possa pensar a organização escolar. Tais mudanças são imperativas, tendo em vista a necessidade de superação das inúmeras dificuldades que surgem no cotidiano do contexto escolar e a busca permanente por um ensino de qualidade.

Assim sendo, o presente texto propõe uma discussão em torno das contribuições da formação continuada dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de Vargem Grande/MA para a sua prática docente, tomando como referência as Políticas Públicas e a Formação Continuada do professor, desenvolvidas na última década e os desafios encontrados pelo professor no processo de alfabetização nas escolas da Rede Pública Municipal. Vale ressaltar que trata-se de um trabalho de pesquisa ainda em construção.

O interesse em conhecer mais profundamente a realidade local no que tange à Formação Continuada, tendo como foco a prática docente é resultado de vivências e experiências no contexto do cotidiano escolar. Logo, se sabe que em muitas realidades escolares a prática formativa, que deveria ocupar um lugar de relevância, nem sempre é entendida como tal ou é distorcida, tendo em vista as diversas demandas que envolvem o cotidiano escolar.

O estudo partiu do levantamento de uma bibliografia que se referisse ao tema em estudo, considerando-se a necessidade de um referencial teórico que consubstanciasse a pesquisa. A presente pesquisa foi consolidada em autores como: Tardif (2000), Gatti (2008), Nóvoa (2009), dentre outros. Além dos documentos oficiais como a LDB – Lei nº 9.394/96 e os Referenciais para a Formação de Professores no Brasil.

A construção do trabalho organiza-se de maneira sistemática partindo de um breve histórico sobre a Formação Continuada Docente a nível nacional, seguindo-se para algumas reflexões acerca das Políticas Públicas e a Formação Continuada do professor, desenvolvidas nas últimas décadas e os desafios encontrados pelo professor alfabetizador nesse percurso, destacando-se as contribuições da formação continuada para a construção dos conhecimentos

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



necessários à prática docente, seguida de um repensar do trabalho docente a partir da formação continuada, bem como, seus reflexos na prática pedagógica do professor.

A partir da presente pesquisa e seus resultados espera-se proporcionar uma visão mais ampliada acerca das Políticas Públicas para a Formação Continuada dos professores a nível nacional e local. Espera-se ainda, que este estudo possa servir de referência e de instrumento para o leitor e para professores que se permitam ser colaboradores de uma ação educativa que promova a cidadania, a emancipação e reflexão.

1 UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE NO BRASIL

Compreende-se como sendo de fundamental importância que se conheça as políticas públicas em Educação desenvolvidas pelo governo federal no Brasil, a fim de que se possa consubstanciar a presente pesquisa. Para tanto, antes de se conhecer tais políticas, importa que se entenda o que vem a ser políticas públicas. De acordo com Azevedo (2003, p. 23), “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. Logo, percebe-se que trata-se de toda ação que envolve formulação, deliberação, implementação e monitoramento de exclusividade do Estado.

Ainda pontuando Azevedo (2003), a expressão política pública educacional diz respeito a tudo aquilo que o Estado faz ou deixa de fazer no que tange a educação escolar, ou seja, diz respeito a todas as ações do governo que têm reflexo no contexto escolar enquanto espaço do desenvolvimento do ensino-aprendizagem.

De acordo com Dourado (2008, p. 893), as políticas educacionais abrangem “[...] complexos processos de sua regulação e regulamentação, bem como da relação entre a proposição e materialização das ações e programas direcionados aos sistemas educativos [...]”. No que concerne à realidade brasileira, significa ponderar as particularidades de cada instância governamental, ou seja, estados e município, bem como, de se pensar na grande responsabilidade do Estado nacional, na garantia de uma educação de qualidade para todos os cidadãos.

No final dos anos 80 e início dos anos 90 as discussões em torno da formação continuada docente passa a ganhar espaço no contexto internacional, que teve como uma das

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



principais motivações o movimento pela profissionalização do ensino e seus reflexos na construção de um repertório de conhecimentos, visando a garantir a legitimidade da profissão (TARDIF, 2000). É nesse período que passa-se a buscar uma maior compreensão em torno da prática pedagógica e dos saberes pedagógicos e epistemológicos relativos ao conteúdo escolar a ser ensinado/aprendido nas escolas. Esse período é marcado pela necessidade de se buscar resgatar o papel do professor, destacando-se a importância de se pensar a formação docente numa abordagem pra além da acadêmica, uma prática formativa que envolvesse os aspectos pessoal, profissional e organizacional da docência.

Nos últimos anos a formação docente tem se constituído num dos mais significativos indicativos da qualidade da educação no país, com a implantação da LDB (Lei n.º 9.394/1996) esse tema adquiriu maior importância, a partir daí as responsabilidades acerca do assunto passam a ser distribuídas entre governo federal, estados e municípios, pois à medida em eu se passam os anos vai se tornando cada vez mais evidente a necessidade de investimentos e esforços no sentido de viabilizar-se a formação continuada de professores em todas as esferas governamentais, bem como, em todos os níveis e/ou modalidades. Porém, nessa última década nota-se uma maior preocupação no que diz respeito aos poderes e aos gestores públicos em todos os níveis como responsáveis pela qualidade da educação no país (GATTI, 2008).

Assim, a formação continuada docente passa a se fazer direito previsto em Lei (BRASIL, LDB 9394/96) tendo por finalidade assegurar aos profissionais da educação o aperfeiçoamento da profissão por meio da intervenção institucional pública, seja ela municipal ou estadual, conforme consta nos artigos 87 e 67: “Cada município e supletivamente, o Estado e a União, deverá realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também para isso, os recursos da educação a distância. (Art. 87, III). O artigo 67, parágrafo II, trata dos profissionais da educação, determinando que “os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público, o aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim”.

As políticas educacionais voltadas para as necessidades formativas docentes encontram-se prevista ainda nos Referenciais para Formação de Professores (BRASIL, 1998, p. 70) onde faz constar que: “(...) A formação continuada deve propiciar atualizações,

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



aprofundamento das temáticas educacionais e apoiar-se numa reflexão sobre a prática educativa, promovendo um processo constante de auto-avaliação que oriente a construção contínua de competências profissionais”.

As discussões em torno da formação de professores para os anos iniciais da escolaridade intensificam-se a partir da aprovação da LDB (Lei 9.394/ 96), que elevou a formação do professor das séries iniciais ao nível superior, estabelecendo que esta deveria ser realizada em universidades e em institutos superiores de educação, nos cursos de licenciaturas e normais superiores. Conforme consta no capítulo VI, artigos 61, 62 e 63, da referida lei:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características da cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I – a associação entre teorias e práticas, inclusive a capacitação em serviço;

II – aproveitamento de formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades;

Art.62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Art.63. Os institutos superiores de educação manterão:

I – cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II – Programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica (BRASIL, 1996).

A partir do que determina a legislação, nota-se que a formação docente para os anos iniciais de escolarização adquiriu maior importância no contexto educacional. Entretanto, sabe-se que a legislação, por si só, não garante esta formação. De modo, necessário se faz que se pense a formação docente, consubstanciada na relação entre o conhecimento, a pesquisa e a prática pedagógica.

No ano de 1993, realizou-se a II Conferência Mundial de Educação para Todos, em Nova Déli (Índia). Durante o evento, foi assinado um termo de compromisso pelos representantes dos países com maior população mundial, dentre os quais encontrava-se o Brasil, além da China, México e Índia. Este termo comprometia os países que o assinaram a buscarem o desenvolvimento de ações que visassem a universalização do ensino e a garantia da aprendizagem.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Com relação à formação docente implementou-se o Programa de Formação de Professores em Exercício (PROFORMAÇÃO), destinado aos professores com o Magistério que trabalhavam com as séries iniciais de escolarização, alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Tais ações se fizeram necessárias dada à crescente demanda de alunos na educação básica, ao fracasso escolar, à necessidade de maior número de professores para o atendimento dessa demanda, além da necessidade de complementação da formação inicial dos docentes que era precária.

Outra ação importante aconteceu em 2003, que foi a criação da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica (REDE), formada pelo INEP, sistemas de ensino e participação e coordenação da Secretaria da Educação Básica (SEB), por meio da qual se desenvolveram os programas Pró-Letramento e Gestão de Aprendizagem (GESTAR II), o primeiro voltado para os professores dos anos iniciais e o segundo com foco nos professores dos finais do Ensino Fundamental.

No ano de 2008, realizou-se a Conferência Nacional da Educação Básica (CONEB), em Brasília, de onde partiram alguns direcionamentos acerca das políticas para a formação continuada docente. A partir desse momento os entes federados passariam a trabalhar em regime de colaboração, devendo criar polos e centros de formação.

Em 2009, por meio do Decreto nº 6.755 de 29 de janeiro, passa a ser instituída a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, o qual dispunha acerca do desempenho da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A partir dessa política, surge o Programa de Formação Inicial e Continuada, Presencial e à Distância, de Professores para a Educação Básica (PARFOR) cujo público deveria ser os professores que ainda não possuíam uma formação inicial e/ou pós-graduação compatível com a sua área.

O primeiro plano de educação com força de lei, foi o PNE 2001-2010, organizado e implementado por determinação da Constituição de 1988, em seu artigo 214, bem como da LDB/1996, no § 1º do artigo 87. Com a aprovação deste plano foi possível a continuidade das políticas inseridas no documento durante dez anos, independente do governo que estivesse no poder, o que o caracterizou como um plano de Estado (LIBÂNEO, 2009). De acordo com o MEC “um dos principais pontos do PDE é a formação de professores e a valorização dos profissionais da educação. A questão é urgente, estratégica e reclama resposta nacional” (BRASIL, 2001, p. 16).

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



No ano de 2012 foi criado o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) de iniciativa do governo federal com foco na formação continuada dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, que visava assegurar a alfabetização das crianças com 8 anos de idade cursando o 3º ano. Em 2013 surge o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, cujo intuito era o de elevar o padrão de qualidade do Ensino Médio.

O breve processo histórico descrito acima revela que a formação continuada de professores no Brasil foi adquirindo novos contornos ao longo dos anos, passando a adquirir características ligadas às suas concepções conforme o contexto econômico, político e social do país em cada época. De modo que, algumas concepções que associavam a formação continuada docente a treinamentos e desenvolvimento de técnicas foram sendo superadas e substituídas pela compreensão desta como aprendizagem contínua, tão importante quanto necessária para o desenvolvimento profissional docente em todos os aspectos.

2 IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A CONSTRUÇÃO DOS CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS À PRÁTICA DOCENTE

Com base no histórico acima pode-se notar que a formação docente sempre foi algo muito discutido ao longo de décadas, no entanto, a partir da década de 90, passou-se a dedicar maior atenção ao assunto, ao considerar-se que trata-se de um aspecto que muitos consideram primordial para se alcançar um ensino de qualidade. Nessa perspectiva, a formação inicial e continuada de professores vem, gradativamente assumindo lugar de destaque cada vez maior nas discussões sobre educação.

O Estado brasileiro ao longo dos anos vem implementando políticas em seu sistema educacional, com vistas alcançar melhorias. Para tanto, tem se implementado políticas, particularmente no que diz respeito à formação de professores, seja ela inicial e/ou continuada. Sabe-se que não se trata de uma tarefa fácil, ao contrário disso, se constitui numa tarefa muito complexa, principalmente se considerar-se a dimensão continental do país, bem como, sua divisão em Estados e municípios enquanto entes federados, os quais possuem autonomia política em relação à educação que oferecem à sua população.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Neste cenário, os governos desempenham um papel fundamental, cada um em sua instância, na implementação de programas que possam garantir uma formação inicial e continuada aos docentes, em conformidade com as necessidades educacionais concernentes a cada realidade, impulsionando os professores a desenvolverem a capacidade de pesquisar sobre sua própria prática, a fim de que possam propor as interferências necessárias no sentido de promoverem uma aprendizagem significativa, democrática e cidadã.

Para tanto, compreende-se a necessidade de uma articulação entre teoria e prática, ou seja, entre formação inicial e continuada, de modo que uma possa dar o suporte necessário à outra, tendo em vista que a ausência de uma comunicação entre teoria e prática, vem se tornando um dos grandes dilemas da formação de professores, pela incapacidade de proporcionar ao docente a oportunidade de refletir sobre as reais necessidades que envolvem a realidade do cotidiano escolar.

Sobre esse aspecto Luckesi (2000, p. 73) afirma que:

O profissional da educação básica requer, uma sólida formação teórico-prática, para que ele possa desempenhar satisfatoriamente a sua vocação natural. O domínio das bases teórico-científicas e técnicas, e sua articulação com as cobranças concretas do ensino, permitem maior segurança profissional, de modo que o docente ganhe base para refletir sobre sua prática e aprimore sempre mais a qualidade do seu desempenho profissional.

Assim sendo, diante das diversas transformações ocorridas na trajetória histórica da formação docente e das políticas voltadas para esse tema, foi que resultou na consolidação das bases educativas hoje vigentes, fazendo com que a formação docente passasse a ocupar lugar de destaque, a ponto de alguns estudiosos compreenderem a qualidade na formação dos educadores como o eixo central na construção de um processo educativo de qualidade.

A formação continuada se constitui na oportunidade de construção de conhecimentos, reflexões, debates e trocas que promovam o desenvolvimento profissional, em qualquer nível, incluindo trocas diárias com os pares no contexto do espaço escolar, o coletivo da escola, as reuniões pedagógicas, a participação na gestão escolar, congressos, seminários, cursos de diversas naturezas e formatos (GATTI, 2008).

Para Nóvoa (1991, p. 72) a formação continuada representa “os momentos de balanço retrospectivo sobre os percursos pessoais e profissionais são, também, momentos de formação e investigação que estimulam o desenvolvimento pessoal e a socialização profissional dos professores”.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



A Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE (1998, p.5), define formação continuada como sendo:

[...] trata da continuidade da formação profissional, proporcionando novas reflexões sobre a ação profissional e os novos meios para desenvolver o trabalho pedagógico. Assim, considera-se a formação continuada como um processo de construção permanente do conhecimento e desenvolvimento profissional, a partir da formação inicial e vista como uma proposta mais ampla, de hominização, na qual o homem integral, omnilateral, produzindo-se a si mesmo, também se produz em interação com o coletivo.

Conforme exposto, a definição acima aponta para uma formação continuada como um processo de articulação entre o trabalho docente, o conhecimento e o desenvolvimento profissional do docente que precisa refletir sobre a sua prática, não deixando de dialogar sobre ela com os outros sujeitos envolvidos no mesmo processo, nem tampouco desvinculá-la da pesquisa, da teoria tão necessária à sua práxis. Dessa forma, compreende-se que a formação continuada precisa ser um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas pedagógicas e de reconstrução permanente de uma identidade docente. Além disso, é preciso reafirmar que a formação continuada não deve ser entendida como uma política redentora, capaz de resolver todas as dificuldades e entraves existentes no processo educativo. Porém, se desenvolvida em articulação com o planejamento das demais políticas educacionais poderá agregar muitos conhecimentos e saberes que poderão ser usados pelos professores a favor do processo.

2.1 Contribuições da formação continuada dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de Vargem Grande/MA

Após traçar o percurso histórico da políticas públicas para a formação continuada docente no Brasil, chega-se à conclusão que vive-se em um tempo em que a formação contínua do professor adquiriu uma maior importância, a ponto de ser notada como perspectiva de melhorias no processo educativo, estando incluída nela a necessidade de considerar a figura do docente, não apenas, como profissional da educação, mas como alguém que possui uma trajetória, que tem um percurso vivido que não pode ser desconsiderado, tendo em vista que, tanto suas experiências anteriores, como seu desenvolvimento pessoal, irão contribuir significativamente para as suas ações.

Assim, a partir da realidade vivenciada no contexto local, a qual vem, a cada dia,

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



requerendo profissionais mais críticos e transformadores diante das novas configurações que envolvem o mundo do trabalho, bem como, as novas exigências de aprendizagens e de conhecimentos impostas à escola, as quais estimulam e condicionam novos contextos de aprendizagens no espaço escolar, foram desencadeadas algumas discussões que giraram em torno da busca pela qualidade educacional tendo como foco a formação docente no município.

Tais discussões só foram possíveis através da criação da Rede de Formadores local, a qual foi denominada “Mais Aprendizagem”, e se justifica pela necessidade de (re) pensar o contexto social, cultural e educacional das escolas da Rede Municipal de Ensino de Vargem Grande/MA, bem como promover diálogos entre a Secretaria Municipal de Educação - SEMED e os professores sobre os desafios do trabalho pedagógico na escola e na prática docente.

A Rede de Formadores “Mais Aprendizagem” foi formada no início do ano de 2017, por professores efetivos da própria rede, graduados em matemática, geografia, letras e pedagogia, dentre outros. Este grupo de professores sob a coordenação da SEMED/VG, passou a pensar as formações dos professores da rede. Para tanto, um cronograma de encontros formativos e de estudos passou a ser organizado e realizado na própria SEMED/VG, onde há um espaço reservado para esse fim. (SEMEDVG, 2018)

Os encontros formativos e de estudos foram realizados durante todo o ano de 2017 bimestralmente, organizados por ano. Assim, para cada ano houveram dias específicos e naqueles dias discutiu-se assuntos referentes àquele ano. Durante os encontros formativos foram realizadas oficinas, rodas de conversas para exposição de ideias, momentos de socialização dos trabalhos realizados nas salas de aula, dentre outros. De modo que, todos os momentos foram pensados e organizados a fim de que o professor pudesse obter o aperfeiçoamento teórico necessário para a sua prática, por meio de ações concretas. Nessa linha de pensamento, o processo de formação continuada realizado ao longo de 2017 veio como um desencadeador de reflexões, contribuindo para possíveis modificações nas práticas pedagógicas, bem como, para a motivação da vontade de aprender, de pesquisar, de aprofundar e de sistematizar os conhecimentos adquiridos, garantindo, assim, uma conscientização política e social da real importância do papel profissional do professor na sociedade contemporânea. (SEMEDVG, 2018)

Assim, ao refletir sobre a formação continuada realizada durante o ano que se passou, resultou em descoberta, em desenvolvimento, uma vez que sugeriu a busca de sentidos, de

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



evolução, de caminhos, de alternativas, a partir de necessidades e interesses detectados na realidade vivenciada por cada professor em seus espaços de trabalho. Atualmente, dando continuidade ao trabalho iniciado em 2017, pode-se afirmar que o tempo dedicado à formação continuada deve ser entendido como essencial para o professor, tendo em vista que a competência profissional não é adquirida apenas com a vivência, com a experiência cotidiana, mas também com a pesquisa, com a busca pelo conhecimento, com as discussões em grupo, com as reflexões em torno do fazer pedagógico, para os quais necessita-se de embasamentos teóricos. (SEMEDVG, 2018)

Nessa perspectiva, defende-se uma proposta de formação docente que oportunize a relação dialética teórico-prática, onde os professores são preparados para pensar e executar o trabalho educativo, a partir das situações reais que envolvem a escola, tendo como referência teorias que, ao mesmo tempo em que explicam tal realidade, possam também apontar caminhos de superação dos problemas nela existentes.

CONSIDERAÇÕES

O foco central deste trabalho foi orientado pela preocupação em perceber quais as contribuições da formação continuada dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de Vargem Grande/MA para a sua prática docente, tomando como referência as Políticas Públicas e a Formação Continuada do professor, desenvolvidas a partir dos anos 90 e os desafios encontrados pelo professor no processo de alfabetização nas escolas da Rede Pública Municipal. Vale ressaltar que trata-se de um trabalho de pesquisa ainda em construção.

O propósito de investigar esse tema tão atual, frente aos encaminhamentos derivados das políticas públicas educacionais, abre possibilidades enriquecedoras de pesquisa e análise, como fenômeno a ser interrogado na perspectiva de uma análise política, organizacional e pedagógica para a prática docente.

Durante a construção deste trabalho foi possível realizar algumas reflexões as quais foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa que está em andamento, as quais foram despertadas a partir do referencial teórico adotado. De modo que, o que se tratará aqui

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



será denominado, nesse momento, de “algumas considerações” e não “considerações finais”, visto que, essa última, ainda está por ser delimitada.

Nesse sentido, entende-se de suma importância que a formação continuada docente precisa estar pautada numa perspectiva crítica, transformadora e emancipatória, que oportunize discussões pedagógicas consubstanciadas em conhecimentos científicos capazes de levar o docente à compreensão da necessidade de se abrir caminhos, de se estreitar diálogos, com vista ao alcance da real qualidade da educação.

Assim sendo, o que se pode afirmar até o momento sobre a formação continuada docente, é que esta precisa ser pensada para além das fórmulas e receitas superficiais prontas, envoltas em soluções imediatistas influenciadas pelo neoliberalismo e pelas teorias pós-modernas. Para tanto, notou-se que a “Rede de Formadores Mais Aprendizagem” tem realizado um trabalho que tem buscado integrar perspectivas históricas, políticas e filosóficas, as quais tem possibilitado a realização de ações efetivamente transformadoras, fazendo dos momentos formativos e de estudos um espaço de apropriação do conhecimento e da cultura historicamente construída e acumulada, um espaço de reflexão sobre a realidade vigente.

A partir da pesquisa sobre as contribuições da formação continuada dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de Vargem Grande/MA para a sua prática docente, com base nas Políticas Públicas e a Formação Continuada do professor, desenvolvidas a partir dos anos 90 e os desafios encontrados pelo professor no processo de alfabetização nas escolas da Rede Pública Municipal, pretende-se suscitar discussões e reflexões, bem como, proporcionar subsídios que fortaleçam tais discussões acerca da formação continuada realizada no município. Pretende-se ainda, chamar a atenção para a importância e as necessidades de se promover momentos de reflexão didático-teórico-metodológico acerca da organização do processo ensino aprendizagem na Rede Pública Municipal de Vargem Grande, sem a pretensão de esgotar o debate, mas, de apontar questões que possam gerar novos pontos de vista em torno da temática.

REFERÊNCIAS

ANFOPE, Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação. In: **Encontro Nacional da ANFOPE**, 10., 2000, Brasília, DF. Documento Final. Brasília, DF, 1998.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas:** discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JUNIOR, Orlando A. dos (*et al*). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro, FASE, 2003.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CES n. 908/98.* Especialização em área profissional, 1998.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.** Brasília, DF MEC/CNE, 2001.

DOURADO, I. F. A. **Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil:** Limites e Perspectivas. Educação e Sociedade. v 28. n 100. Out. 2008.

GATTI, B. A. Análise das políticas públicas para a formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação,** jan/abril. 2008, vol. 13, n. 37.

LIBÂNEO, J. C. **Reflexividade e formação de professores: outra oscilação no pensamento pedagógico brasileiro.** In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2009.

LUCKESI, Cipriano C. et al. **Fazer Universidade:** Uma proposta metodológica. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NÓVOA, A. **Concepções e práticas de formação contínua de professores.** In: **Universidade de Aveiro:** Formação contínua de professores: realidades e perspectivas. Aveiro, 1991.

Política de Formação Continuada/SEMEDVG, 2018.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.